



CADERNO DE ENCARGOS

PARTE I

Cláusulas Contratuais

Artigo 1.º

Objeto

O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar no seguimento do procedimento pré-contratual que tem por objeto a "Aquisição de Apólice de Seguro – Ramo Responsabilidade Civil" diretamente a Seguradoras nos termos e condições definidos nas Cláusulas Técnicas descritas na Parte II deste Caderno de Encargos.

Artigo 2.º

Contrato

1 – O Contrato integra os seguintes elementos:

- a) O clausulado contratual e anexos;
- b) Os suprimimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que estes erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
- c) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
- d) O presente Caderno de Encargos;
- e) A proposta adjudicada;
- f) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.

2 – Em caso de divergência entre os vários elementos que integram o Contrato a prevalência obedece à ordem por que vêm enunciados no número anterior.

Artigo 3.º

Condições gerais de prestação

A prestação de serviços subjacente ao objeto do presente contrato deve ser executada em conformidade com o Caderno de Encargos e as especificações técnicas anexas.

Artigo 4.º

Obrigações e deveres do adjudicatário

1 – Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável e no presente Caderno de Encargos, constituem obrigações do adjudicatário:

- a) A prestação de serviços de seguros nos termos constantes das especificações técnicas anexas, incluindo sinistros;



- b) A manutenção da validade de todas as autorizações legalmente exigidas para o exercício da atividade seguradora;
- c) O pagamento de quaisquer encargos relativos à execução do Contrato e que, nos termos do presente caderno de encargos não sejam da responsabilidade do Município de Vila do Conde;
- d) Assumir a prestação de serviços decorrente da contratação da apólice objeto do presente contrato, perante o Município de Vila do Conde;

Artigo 5.º

Obrigações e deveres da Entidade Adjudicante

Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável e no presente Caderno de Encargos, constituem obrigações principais do Município:

- a) Pagar ao adjudicatário/segurador o prémio devido pela contratação da apólice de seguro;
- b) Fornecer ao adjudicatário/segurador a informação relevante e necessária à vida da apólice de seguro contratada, incluindo sinistros.

Artigo 6.º

Preço e pagamento

1 – Pelo cumprimento de todas as obrigações emergentes do Contrato, o Município de Vila do Conde deve pagar ao adjudicatário o preço total que constar da sua proposta, isento de IVA, em virtude de este não ser legalmente devido.

2 – O preço total previsto no número anterior é pago de acordo com o fracionamento previsto nas especificações técnicas do presente Caderno de Encargos.

3 – Os Avisos de pagamento são enviados pelo adjudicatário para a morada principal da entidade adjudicante.

Artigo 7º

Condições de pagamento

As condições de pagamento do encargo resultante da aquisição da apólice objeto do contrato são fixadas de acordo com o previsto no Regime Jurídico do Contrato de Seguro e com a periodicidade prevista nas especificações técnicas do presente Caderno de Encargos.

Artigo 8º

Alterações ao contrato

1 – Qualquer intenção de alteração ao Contrato deverá ser comunicada pela parte interessada na mesma à outra parte;

2 – Qualquer alteração ao Contrato terá que ser efetuada por escrito e assinada por sujeitos legal ou estatutariamente habilitados para representar a Entidade Adjudicante e o adjudicatário.

Artigo 9ª

Cessão de posição contratual

- 1 – A Cessão total ou parcial de posição contratual do adjudicatário, sob qualquer forma, a outra entidade para execução do Contrato depende de autorização escrita do Município de Vila do Conde.
- 2 – Para efeito do disposto no número anterior, o pedido de autorização deve ser formulado com pelo menos 30 dias de antecedência relativamente à data prevista para o acordo de cessão ou de associação.
- 3 – O pedido de autorização previsto no número anterior deve ser instruído com a minuta de acordo de cessão ou de associação.

Artigo 10º

Resolução

- 1 – Sem prejuízo do legalmente previsto, o Município goza do direito de resolução do Contrato no caso de incumprimento das obrigações emergentes do Contrato, designadamente:
 - a) Quando os serviços prestados não correspondam às especificações constantes das especificações técnicas anexas;
 - b) Quando o adjudicatário se dissolva, extinga por qualquer meio ou seja declarado insolvente.
- 2 – O direito de resolução do adjudicatário rege-se pelo disposto em legislação especial.

Artigo 11º

Casos fortuitos e de força maior

- 1 – Nenhuma das partes incorrerá em responsabilidade se, por caso fortuito ou de força maior for impedida de cumprir as obrigações assumidas no Contrato.
- 2 – Entende-se por caso fortuito ou de força maior, qualquer situação ou acontecimento imprevisível e excecional, independente de vontade das partes e que não derive de falta ou negligência de qualquer delas.
- 3 – A parte que invocar casos fortuitos ou de força maior deverá comunicar e justificar tais situações à outra parte, bem como informar o prazo previsível para restabelecer a situação.

Artigo 12º

Confidencialidade

O adjudicatário obriga-se a não divulgar quaisquer informações que obtenha no âmbito do Contrato e a não utilizar as informações obtidas para fins alheios à execução do Contrato.

Artigo 13º

Penalidades



1 – Sem prejuízo do direito à resolução e do legalmente previsto, o incumprimento do contrato legitima o Município de Vila do Conde a adquirir os serviços em falta no mercado, ficando a diferença para mais se houver, a cargo do adjudicatário.

2 – As importâncias resultantes da aplicação da penalidade prevista no número anterior serão descontadas nas faturas a liquidar.

Artigo 14º

Vigência

1 – A apólice de Seguro objeto do contrato, vigorará até 31 de dezembro de 2021, a contar da respetiva data de início, após a celebração do contrato.

2 – No decurso da execução do contrato, o adjudicatário, por sua iniciativa não poderá efetuar qualquer alteração às taxas, coberturas, franquias e outras condições acordadas com o Município, com exceção do indicado nas seguintes alíneas:

- a) Só são permitidas alterações às taxas e prémios da apólice, se estas resultarem de disposição legal, de norma do Instituto de Seguros de Portugal, ou de particular agravamento dos riscos cobertos e, neste caso, com consentimento do Município de Vila do Conde.
- b) As alterações que ocorram nas circunstâncias previstas no número anterior, com exceção dos casos de particular agravamento do risco, produzem efeitos na data de vencimento da apólice e deverão ser obrigatoriamente comunicadas ao Município com a antecedência mínima de 30 dias, por correio registado, com aviso de receção, sob pena de ineficácia.
- c) Apenas se aceitará a atualização dos prémios em caso de alteração dos capitais seguros.

Artigo 15º

Foro competente

Para resolução dos litígios decorrentes da execução do Contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto, com expressa renúncia a qualquer outro.

Artigo 16º

Contagem dos prazos

Os prazos previstos no presente Caderno de Encargos são contínuos, correndo aos sábados, domingos e dias feriados e não se suspendendo nem interrompendo em férias.

Artigo 17º

Legislação aplicável

O Contrato é regulado pela legislação Portuguesa.

PARTE II

Cláusulas técnicas e especiais

SEGURO RESPONSABILIDADE CIVIL EXTRA CONTRATUAL

Tomador do seguro

Município de Vila do Conde

Atividade do segurado

São consideradas atividades do segurado ao abrigo do presente seguro, todas as atribuições e competências do Município e Órgãos Municipais, de acordo com a legislação em vigor, excluindo-se apenas as atividades das empresas municipais ou multimunicipais criadas, geridas ou participadas pelo Município de Vila do Conde.

Âmbito territorial

Portugal.

Fracionamento

Trimestral sem encargos de fracionamento.

Âmbito da cobertura

Pelo presente contrato pretende-se garantir, até aos limites fixados, o pagamento das indemnizações que, ao abrigo da legislação em vigor, sejam exigíveis ao segurado em consequência de danos decorrentes de lesões corporais e/ou materiais causadas a terceiros, e resultante da atividade do segurado.

Condições especiais

Por estas condições especiais fica garantida pela seguradora a responsabilidade civil extracontratual do segurado, decorrente de atos de gestão pública e privada que nos termos da legislação em vigor, nomeadamente, mas não exclusivamente, em aplicação da Lei nº 67/2007 de 31 de dezembro, e dos artigos 491º, 492º, 493º, 500º e 501º do Código Civil, sejam imputáveis no exercício da sua atividade.

A título enunciativo mas não limitativo, o presente contrato de seguro garante o pagamento das indemnizações a terceiros, resultantes das responsabilidades derivadas:

- Dos eleitos no exercício das suas funções;
- Dos trabalhadores da Câmara Municipal no exercício das suas funções;
- De imóveis, propriedade do Município;



- Da execução de trabalhos de construção, ampliação, renovação, conservação, manutenção ou reparação;
- De máquinas em laboração;
- De queda de telhas, árvores, andaimes ou quaisquer estruturas em resultado de ação de elementos naturais, desde que em consequência de ações ou omissões da Câmara;
- De queda de materiais das viaturas da Câmara quando em circulação;
- De acidentes causados por falta de sinalização, sinalização deficiente, ou por sinalização retirada por terceiros ou ação de elementos naturais, nas vias públicas, municipais e arruamentos;
- Do armazenamento, utilização, transporte e lançamento de fogo de artifício e foguetes, durante feiras e festas cuja responsabilidade seja imputável ao Município;
- De danos causados pela distribuição de água, com exceção dos danos decorrentes de interrupção programada do seu fornecimento;
- De inundações desde que decorrentes de ações ou omissões da Câmara;
- Da abertura de valas em obras da responsabilidade do Município;
- De danos causados a condutas ou instalações subterrâneas;
- De danos causados a cabos e instalações aéreas;
- De danos a imóveis de terceiros, vizinhos das obras desde que na sequência de trabalhos realizados por piquetes de urgência;
- Da quebra, levantamento de tampas, caixas de visita e sarjetas das redes de saneamento e das águas;
- Da exploração de lixeiras, aterros sanitários e sistemas de recolha de lixo, nomeadamente operações de recolha, carga e descarga de contentores do lixo;
- Da organização, promoção e realização de conferências, reuniões, atos culturais, recreativos, desportivos, feiras, festas e mercados, incluindo a utilização de estruturas amovíveis;
- Da exploração e gestão de escolas, infantários e creches, casa da juventude, centros de dia, cinemas e outros espaços culturais;
- Da deficiente instalação e manutenção dos espaços de jogo e recreio, respetivo equipamento e superfícies de impacto conforme artigo 31º do Decreto-Lei nº 379/97 de 27 de dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei 119/2009 de 19 de maio (relação dos parques infantis e outros espaços de jogo e recreio constam do **Anexo 1**);
Esta garantia tem sublimite de indemnização máxima de 350 000,00 € por sinistro e anuidade;
- De deficientes condições de instalação e manutenção dos equipamentos desportivos, conforme artigo 11º do Decreto-Lei nº 100/2003 de 23 de maio, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 82/2004 de 14 de abril e Portaria nº 1049/2004 de 19 de agosto (relação das instalações desportivas e suas características constam no **Anexo 1**).

Esta garantia tem um sublimite de indemnização máximo de 200 000,00 € por sinistro e anuidade;



- Da exploração de sistemas de esgotos;
- Da exploração das Piscinas Municipais;
- Da exploração de ETAR'S;
- Da exploração da(s) unidade(s) de reciclagem de entulhos;
- Corte e abate de árvores quando efetuadas por trabalhadores do segurado e queda accidental de árvores, desde que decorrentes da ação ou omissão da Câmara;
- Por uso e/ou utilização de imóveis, instalações ou depósito por parte do segurado na sua qualidade de inquilino ou usufrutuário;
- Por operações de cargas, descargas e transporte de materiais, produtos ou equipamentos quando inerentes à atividade do segurado;
- Ficam garantidos danos resultantes de acidentes de viação provocados por tampas de águas pluviais danificadas ou más condições de conservação e/ou manutenção dos arruamentos integrados na rede viária municipal, nomeadamente, depressões, aluimentos ou desagregações dos respetivos pavimentos, desde que, não previamente sinalizados.
- Por intoxicação alimentar provocada por alimentos e/ou bebidas servidas nos refeitórios quando inerentes à atividade do segurado;
- Em consequência de incêndios e/ou explosão ocorrida nas instalações do segurado;
- Da propriedade, manutenção e conservação de parques, zonas verdes, espaços ajardinados e zonas arborizadas;
- Da exploração, manutenção e conservação de parques de estacionamento, garagens, oficinas, estaleiros (considerando-se como terceiros os utentes de quaisquer destas instalações, quer sejam ou não funcionários do tomador), e postos abastecedores de combustíveis;
- Em bens ou objetos de terceiros que estejam confiados, alugados ou arrendados ao segurado pela guarda, utilização, trabalho ou outro fim;
- Dos danos causados por poluição, contaminação, fuga ou vazamento em consequência de um acontecimento imprevisto, súbito e não intencional decorrente da atividade do segurado, incluindo o custo de remoção, neutralização, anulação ou limpeza das substâncias de poluição ou contaminação.
- Prejuízos financeiros consequenciais sofridos pelo terceiro lesado que foi alvo da lesão material direta e que sejam consequência mediata dessa mesma lesão material direta;
- Queda total ou parcial de anúncios ou outros painéis, antenas, parâmetros, postes de iluminação, de sinalização e outras antenas ou mastros que sejam propriedade do Município ou por ela sejam explorados;
- Da utilização de ascensores, monta-cargas, plataformas, escadas rolantes e outros equipamentos de elevação.

Regulação de sinistros

Os sinistros ocorridos, resultantes das responsabilidades derivadas do enunciado, no âmbito de cobertura, são assumidos, sem exclusões, exceto quando for provado pela seguradora que o sinistro foi causado por negligência do segurado.

Sempre que seja participado pelo tomador do seguro ou reclamado pelo terceiro/lesado a ocorrência de um sinistro a seguradora deve:

- Realizar as peritagens no prazo de oito dias úteis após a receção da participação se tal tiver lugar;
- Decidir da assunção da responsabilidade no prazo de trinta dias úteis a contar da receção da participação, informando o tomador e o terceiro/lesado, por escrito;
- Os prazos previstos nos itens anteriores suspendem-se nas situações em que a seguradora se encontre a levar a cabo uma investigação por suspeita fundamentada de fraude;
- Serão pagos ao lesado os prejuízos resultantes de paralisações e percas indiretas de qualquer natureza devidamente comprovados;
- Nos sinistros recusados pela seguradora, fica esta obrigada a entregar ao tomador do seguro a fundamentação técnico-jurídica da recusa.

Franquia

Em caso de sinistro, fica a cargo do segurado uma franquia para danos materiais de 10% do valor dos prejuízos, com um mínimo de 250,00 € e máximo de 1 500,00 € por sinistro.

Capital seguro

500 000,00 € por anuidade e por sinistro.

Outras condições aplicáveis ao seguro

- A franquia contratual não é oponível aos terceiros lesados. Assim e após satisfação da indemnização aos terceiros lesados, a seguradora emitirá um recibo de reembolso de franquia ao tomador, o qual providenciará no seu pagamento.
- Caso sejam efetuadas participações de danos a terceiros, que se materializam em danos inferiores à franquia, a seguradora aceitará a pedido do tomador, a condução do processo. Nestes casos e se existir lugar a pagamento de alguma indemnização a terceiros lesados, repetindo, mesmo que de valor inferior à franquia, a seguradora procederá de acordo com o indicado no ponto anterior.



Vila do Conde, 22/02/2021

A Presidente da Câmara Municipal

Elisa Ferraz, Dr^a



ANEXO I

- PAVILHÃO DE DESPORTOS DE VILA DO CONDE
- PAVILHÃO POLIDESPORTIVO DO PARQUE DE JOGOS DE VILA DO CONDE
- PAVILHÃO DA ESCOLA EB 2/3 "D. PEDRO IV" DE MINDELO
- PAVILHÃO DA ESCOLA EB 2/3 "A RIBEIRINHA" DE MACIEIRA DA MAIA
- CASA DA JUVENTUDE DE GUILHABREU
- PARQUE DE JOGOS DE VILA DO CONDE
- PARQUE DO CASTELO – VILA DO CONDE
- COMPLEXO DESPORTIVO DAS PEDREIRAS – VILA DO CONDE
- RINGUE DO BAIRRO DOS PESCADORES – CAXINAS, VILA DO CONDE
- PISCINA MUNICIPAL – POLO DE VILA DO CONDE
- PISCINA MUNICIPAL - POLO DE MINDELO
- CAMPO DE FUTEBOL DE TOUGUINHA
- CAMPO DE FUTEBOL DE GUILHABREU
- CAMPO DE FUTEBOL DE RIO MAU
- CAMPO DE FUTEBOL DE GIÃO
- CAMPO DE FUTEBOL DE AVELEDA
- CAMPO DE FUTEBOL DE FORNELO
- CAMPO DE FUTEBOL DE RETORTA
- CAMPO DE FUTEBOL DE LABRUGE
- RINGUE DE FAJOS
- RINGUE DE CANIDELO
- RINGUE DE MOSTEIRÓ
- RINGUE DE VILA CHÃ
- RINGUE DE AZURARA